

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2011.

No dia trinta e um de Maio de dois mil e onze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paulo Ramalheira Teixeira, Rui César de Sousa Albergaria e Castro, Judite Manuela de Castro Rocha Quintas, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e José Manuel Moreira de Carvalho. ***

Secretariou a reunião o responsável pela coordenação da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta. ***

Eram doze horas e dezoito minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. ***

1. – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011. REVISÃO.

Novamente presente o orçamento e grandes opções do plano e mapa de pessoal para o corrente ano de 2011 - revisão, que foi presente à reunião ordinária de 26 de Maio corrente e que, por razões que se prendem com o melhor esclarecimento sobre o conteúdo do assunto, foi agendado para esta reunião extraordinária. ***

Desta forma, reproduz-se a informação que serviu de base ao debate, e que é do seguinte teor: “A nova Organização de Serviços Municipais aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 22 de Dezembro de 2010 obriga, antes da sua implementação prática, à revisão do Orçamento e GOP’s deste Município para o ano em curso, de modo a adaptar a estrutura orgânica destes documentos à nova organização a incrementar. ***

Neste sentido, a revisão a estes documentos assenta nos seguintes aspectos:

Criação no Orçamento da Despesa da unidade orgânica 05 – Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e do Desenvolvimento, e correspondentes classificações económicas da despesa. ***

Transferência para a nova unidade orgânica 05, dos saldos de despesa com pessoal a transitar para essa divisão, bem como, dotação das restantes rubricas de despesa com saldos de abertura por dedução de rubricas de despesa de outras unidades orgânicas. ***

Transferência para a nova unidade orgânica 02 – Divisão de Administração Geral, dos saldos de despesa com pessoal a transitar para essa divisão. ***

Criação do PPI de projectos de investimento afectos à nova unidade orgânica 05, nomeadamente, para a aquisição e reparação de equipamento informático, administrativo e equipamento básico. Em todos os projectos que estão associados à unidade orgânica 04 – DASC (a fundir com a DAG), foi inserida a unidade orgânica 02, e correspondente classificação económica da despesa, com a respectiva transição de saldos entre essas unidades orgânicas. O mesmo procedimento foi utilizado para o PAM. ***

Deste modo, o montante da revisão ao Orçamento e GOP's deste Município importa nos seguintes montantes:

Orçamento da Despesa: € 703.818,40; ***

Plano Plurianual de Investimentos: € 80.450,00; ***

Plano de Actividades Municipal: € 179.355,38; ***

O Vereador Paulo Teixeira tomou a palavra para, em face da problemática inerente ao assunto em questão, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que se fizesse um intervalo de trinta minutos para analisar o documento, nomeadamente, no que diz respeito às alterações efectuadas no mesmo. Sugeriu ainda, que se formasse um grupo de trabalho para analisar o documento. ***

O Vereador José Manuel Carvalho, em resposta ao pedido do Vereador Paulo Teixeira, disse que não via necessidade de se fazer um intervalo de trinta minutos para analisar quatro alíneas do documento.

O Vereador Rui César interveio para solicitar ao Vereador José Manuel Carvalho esclarecimentos sobre as alterações efectuadas ao documento.***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que a alínea e) foi retirada por não ser necessária, porque não precisa de estar vinculada ao mapa de pessoal. Quanto aos perfis plasmados nas alíneas a), b), c) e d), disse que deve ser definido um perfil idêntico para todas as chefias até porque, o processo concursal, pela sua importância, deve partir de um perfil de equidade.***

A Vereadora Vanessa Pereira tomou a palavra para perguntar quem é que definiu os perfis? Perguntou também sobre o porquê de na Divisão de Administração Geral antes serem precisos oito anos de experiência, e na nova Divisão Financeira já não ser assim? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu, questionando a Vereadora Vanessa Pereira sobre se esta tem a noção do que é uma comissão de serviço de três anos para um cargo dirigente? Referiu que olhando para as suas questões, que o que parece que está em causa é um processo menos transparente. ***

Sendo um concurso interno, disse, devem ser definidos perfis e licenciaturas adequadas à ocupação do lugar. ***

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para fazer novamente as questões que tinha feito, por achar que não viu as suas dúvidas esclarecidas. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para responder à Vereadora Vanessa Pereira, referindo que os perfis definidos são os mais adequados de acordo com as opções tomadas pelo executivo. Disse que assumem a alteração por inteiro de acordo com as opções definidas no documento e que, não há que ter medo de tomar estas decisões. ***

A Vereadora Vanessa Pereira, face à resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara, pediu para ficar em acta que em função das perguntas feitas ao Sr. Presidente da Câmara acerca dos perfis, este respondeu "...é isto, e assumo que è isto", e não respondeu às perguntas formuladas. ***

O Vereador Rui César tomou novamente a palavra para dizer que esta questão foi resolvida em cima do joelho, e pediu novamente para que o executivo em permanência explicasse as alterações efectuadas ao mapa de pessoal dado que, ainda não ouviu o executivo fazê-lo. Referiu ainda, que com esta forma de fazer politica não votam o ponto. ***

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o vencimento de um Chefe de Divisão e de um Coordenador Técnico? ***

Perguntou também quais são as actuais funções do Dr. Adão Santos e do Sr. Eng. Aires Nery Esteves? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não vai discutir nomes nem valores. A proposta é esta e não há informação sobre um eventual aumento de custos com esta nova estrutura. Disse ainda que em relação ao mapa de pessoal, apenas houve a alteração dos perfis nas observações do documento. Houve um erro que foi detectado e que foi corrigido. ***

O Vereador Rui César tomou novamente a palavra para dizer que não acredita que o Sr. Presidente da Câmara não saiba quanto vai gastar com o novo quadro de pessoal. Questionou ainda a adequação do mapa de pessoal àquilo que está definido como limite com gastos com pessoal no Plano de Saneamento Financeiro. ***

Face às dúvidas colocadas pelos membros da oposição, e tendo em conta a importância do assunto em questão, o Sr. Presidente da Câmara propôs o agendamento de uma reunião de Câmara extraordinária para debater este assunto, o que, mereceu a concordância dos restantes membros do executivo municipal, tendo o ponto sido retirado da agenda de trabalhos. ***

Disse ainda, que apesar disso, sabe que não conta com o apoio do PSD para aprovar este ponto. ***

Para finalizar a discussão deste assunto, e respondendo a esta última afirmação feita pelo Sr. Presidente da Câmara, o Vereador Rui César disse que o Sr. Presidente da Câmara não conta com o apoio do PSD, porque não soube nem justificar as alterações efectuadas ao

mapa de pessoal, nem quantificar os custos inerentes à nova estrutura.***

Referiu ainda, que os membros da oposição vão abdicar das senhas de presença relativas à referida reunião de Câmara extraordinária. ***

Plasmado o conteúdo da discussão havida na citada reunião de 26 de Maio, deu-se início à reunião extraordinária. ***

O Sr. Presidente da Câmara pediu ao Dr. André Pimenta, secretário da reunião de Câmara, que explicasse este ponto a ser discutido.

Neste sentido, o Dr. André Pimenta referiu que com a nova organização de serviços aprovada em Dezembro de 2010, quer por parte da Câmara Municipal, quer por parte da Assembleia Municipal, e para que a mesma entre em funcionamento, torna-se necessário alterar quer o Quadro de Pessoal da autarquia, quer o Orçamento em vigor para o corrente ano. ***

A alteração ao mapa de pessoal é aquela que já se conhece. Em termos de revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, o que se fez foi criar a nova Divisão Financeira prevista na nova organização de serviços, e criar também todas as rubricas de despesa com pessoal, aquisição de bens e serviços, e eventualmente, despesas de investimento que lhe possam estar associadas. ***

E porquê uma revisão? Não que isso significasse, de acordo com os dados fornecidos pela Secção de Recursos Humanos, um valor do aumento global da despesa em termos orçamentais, mas pela criação de uma nova divisão, dotada com as correspondentes rubricas de despesa o que, face à lei, exige uma revisão orçamental. ***

Terminada a explicação, o Vereador Rui César Castro tomou a palavra para referir que o quadro de pessoal não é igual ao aprovado em Dezembro de 2010. É um novo quadro de pessoal, de iniciativa política da Câmara Municipal. Pediu para ter acesso à informação da Secção de Recursos Humanos que refere que com mais um lugar de Chefe de Divisão, e dois lugares de Coordenador Técnico, não há aumento de custos com pessoal. ***

O Dr. André Pimenta respondeu que a informação dos Recursos Humanos contém a alteração de valores a introduzir na revisão orçamental, e vai no sentido de se retirar verba da divisão a ser extinta, DASC, e transferir esses valores para a nova Divisão Financeira, em função dos funcionários a transitar para essa divisão por força da nova Organização de Serviços. ***

O Vereador Rui César perguntou se os novos lugares foram previstos de forma a serem providos de imediato ou serão à posteriori com a necessidade de se fazer uma revisão orçamental? ***

O Dr. André Pimenta respondeu que a informação que tem é com valores a transitar entre rubricas. ***

O Vereador Rui César perguntou novamente se os lugares forem providos de imediato é necessário uma nova alteração orçamental? ***

O Dr. André Pimenta respondeu que não é essa a informação que tem da Secção de Recursos Humanos. ***

O Vereador Rui César disse que quer ver as coisas esclarecidas, e portanto, é necessário saber se vai haver um aumento de custos com o novo quadro de pessoal, se vai ser necessária uma alteração orçamental. Tecnicamente agora não se pode dizer porque não foram dadas as ordens para se abrirem os concursos e serem providos os lugares. Objectivamente pensa que se pode dizer isso porque é verdade. ***

O Dr. André Pimenta reiterou que com os dados que tem não será necessária nova alteração orçamental e que, a dotação aprovada no início do ano com despesa com pessoal manter-se-á inalterada até ao final do ano. ***

O Vereador Rui César disse então que a parte técnica estava bem explicada. Disse ainda que para a oposição é fundamental, e imprescindível, que haja uma explicação política do porquê desta alteração ao quadro de pessoal. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que conforme referiu na última reunião de Câmara, há coisas muito claras que são as opções tomadas, e que, em primeiro lugar, se baseiam

numa boa gestão, e em segundo lugar, num bom funcionamento da estrutura da Câmara Municipal. ***

São, disse, opções baseadas na experiência e em situações já confirmadas. Se não verificassem as opções que estão a tomar não as fariam. ***

O que está em causa, continuou, é uma nova divisão que vai ser criada, e, assumem que vai ser criada porque tem o objectivo de dar continuidade ao trabalho que foi desenvolvido no início deste mandato, do bom rigor financeiro, com resultados práticos. Quando tomaram posse, o atraso nos pagamentos a fornecedores atingia em média os 600 dias, e no fecho das contas, orgulham-se de ter 53 dias de média no atraso nos pagamentos a fornecedores. ***

Referiu que teve o cuidado de pedir um resumo dos juros de mora emitidos pelos empreiteiros que trabalharam com a Câmara Municipal ao longo destes anos, e o dinheiro que se atirou janela fora durante estes anos é uma exorbitância, cerca de € 1.000.000,00, que dariam por exemplo, para pagar a componente nacional de uma Zona Industrial. ***

Se razão não haveria para se criar uma Divisão Financeira na Câmara Municipal, para termos uma boa gestão na componente financeira que é essencial para o futuro do Município, estas heranças são a prova de que tal é necessário. Tal, disse, não aconteceu no passado com consequências terríveis para o presente e o futuro do concelho. ***

Disse que a aposta que estão a fazer é uma aposta certa, que tem de ser assumida, sem ter receio das críticas, apesar de legítimas, e é uma aposta que decorre da lei não vendo qualquer problema ao nível daquilo que está estruturado para ser executado. ***

O Vereador Rui César usou novamente da palavra para dizer que esta alteração é um direito que assiste ao executivo, não é verdade que decorra da lei, mas em nome da boa gestão, faz a questão técnica de saber quanto vai custar aos cofres do Município esta alteração quando os lugares forem providos? Perguntou também pela informação dos Recursos Humanos em que dizem que não há acréscimo de custos com pessoal com esta alteração orçamental. ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que em relação ao eventual aumento de custos no ano de 2011, referindo-se em concreto ao novo lugar de Chefe de Divisão e aos dois lugares de Coordenadores Técnicos, no caso destes, o Município está impedido por força da lei do Orçamento de Estado de abrir procedimentos concursais. Isto significa, disse, que estes lugares só poderão ser ocupados na modalidade de mobilidade interna. Nas situações de mobilidade interna, a pessoa que é colocada como coordenador técnico tem sempre de auferir o vencimento do lugar de origem, ou seja, não pode haver qualquer aumento salarial. ***

Em relação à nova chefia da Divisão Financeira, referiu que no ano de 2011, tendo em conta que um procedimento concursal para uma comissão de serviço demora cerca de seis meses, não poderá ser sequer feito o cálculo para este lugar. Haverá uma ocupação transitória do mesmo, sendo que, a diferença que existe é no diferencial entre o vencimento actual do Técnico Superior e o vencimento de Chefe de Divisão. ***

Salientou ainda que se tivermos em conta que como já existiram três aposentações, o peso do vencimento destas três aposentações no orçamento da Câmara Municipal seguramente dá para cobrir essa diferença, e não penas de um, mas de dois ou três Chefes de Divisão. O que se pode dizer é que a dotação existente para despesas com pessoal é suficiente, e que o referido diferencial de vencimento tem um impacto mínimo e é claramente absorvido pelas aposentações que entretanto existiram. ***

O Vereador Rui César interveio novamente para solicitar novamente a informação dos Recursos Humanos. ***

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que depois da resposta do Vereador José Manuel Carvalho, em que concretiza muitíssimo a questão, e face às opções que estão a ser tomadas pelo executivo municipal, julga que está muito bem explicado o que está em causa. ***

Disse ainda, que no âmbito da prestação de contas referente a 2011, poderão verificar com números o que na realidade se passou, e que,

um eventual aumento de custos com a comissão de serviço será compensado com o ganho de milhares de euros face à boa gestão, ao rigor, ao planeamento, e aos objectivos que têm sido traçados e sistematicamente atingidos e mesmo ultrapassados. ***

O Vereador Rui César respondeu que acha que com esse rigor, e com essa objectividade, deve assumir que não quer entregar a informação dos Recursos Humanos. ***

Disse também que o discurso começa a mudar. Não há custos com pessoal, não há acréscimos, há um pequeno acréscimo, e agora já ouvimos o Sr. Presidente da Câmara a dizer que se houver algum custo estão aqui para assumir. ***

Referiu ainda que não estão contemplados os salários de três secretários externos que estão ao serviço da Câmara Municipal, e que é algo que é muito inovador e que também foi assumido por este executivo. Os senhores Vereadores da maioria devem ter consciência destas nuances, e destas coisas que se vão dizendo no meio das intervenções, que dão a entender o alcance das alterações que se querem fazer. ***

Objectivamente, disse, é um quadro de pessoal que vai aumentar os custos com pessoal da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, com mais cargos de chefia, maior número absoluto de funcionários, mais os três cargos políticos, e é bom que o povo de Castelo de Paiva saiba disto, principalmente quem esteja disponível para votar. ***

Salientou que é bom recordar o discurso do Partido Socialista quando não era poder. Primeiro, disse, era contra o facto de o executivo ser muito grande. Neste momento gastam mais porque têm três secretários externos. ***

Depois, continuou, era a questão dos ordenados chorudos dos Técnicos Superiores da Câmara Municipal. Aquilo que estamos a assistir, e que alguém vai promover com a aprovação deste quadro de pessoal, é o aumento dos encargos com alguns desses técnicos que tanto foram criticados, inclusivamente a sua capacidade técnica foi posta em causa em comícios, o PS está neste momento a dar razão pela sua admissão. As pessoas que se fala que vão ocupar esses lugares,

e isso foi dito por alguém que veio a uma reunião de Câmara e não foi desmentido, esses lugares já estão prometidos, e portanto, essas admissões foram feitas na altura por um executivo isento, cumprindo a legislação em vigor, estão neste momento a ser promovidas o que só vem dar razão a quem na altura fez a sua admissão. ***

Mencionou que esta situação pode ser ainda mais grave e que tem de dar conhecimento dela aos senhores Vereadores. É preciso ter em atenção, disse, aquilo que diz o Saneamento Financeiro em termos de quadro de pessoal, que previa, inclusivamente, a diminuição do número de efectivos. Quem aprovar esta proposta, está a ir contra um documento fundamental que a Câmara e a Assembleia aprovaram e que, foi a Tribunal de Contas. ***

Acresce a isto, disse, o memorando da Troika que no ponto 3.14, prevê que os Municípios até final de 2012 têm de diminuir 15% dos cargos de chefia, e hoje, o executivo em permanência sabendo disso, prepara-se para aumentar os cargos de chefia da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, contra aquilo que é um compromisso do país perante as instituições internacionais. ***

Apelou à consciência de cada um dos Vereadores, provavelmente não lhes foi explicado desta forma, se vale a pena insistir nesta alteração. Referiu que a Vereadora Judite Quintas tem responsabilidades ao nível da Administração Pública, e sabe que aquilo que está no memorando da Troika é para cumprir. ***

Questionou o Vereador António Rodrigues se está disponível a aprovar um quadro de pessoal que vai contra aquilo que é o Saneamento Financeiro? ***

Que não queiram cumprir promessas eleitorais, disse, dá de barato. Mas o Saneamento Financeiro, como o memorando da Troika, são documentos aos quais estamos vinculados. A aprovação de medidas que vão contra esses documentos pode imputar em responsabilidade financeira para quem o fizer. ***

Finalizou a sua intervenção questionando os Vereadores em permanência que ainda não tinham falado sobre o assunto para, mediante

os factos que apresentou, dizerem se estão disponíveis para aprovar o quadro de pessoal. ***

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que para quem teve responsabilidades financeiras como foi o caso do Vereador Rui César, e os concursos e ascensões directas que promoveu no passado, essas preocupações são uma maravilha, e portanto, não recebe lições nesta matéria por parte do referido Vereador. ***

Não fala em casos concretos, e a critica que fez no passado foi aos membros da oposição e aos funcionários, porque quem tinha de tomar decisões eram os membros da oposição. ***

Relativamente aos argumentos apresentados pelo Vereador Rui César, referiu que a única variante é uma Técnica Superior, ou um Técnico Superior, passar para uma comissão de serviço e auferir como responsável dessa unidade orgânica. É uma variação que não tem relevância face às aposentações que estão em curso. ***

É uma opção de todo o executivo da maioria, disse, de forma a assegurar o bom funcionamento da Câmara Municipal. Há que premiar quem trabalha, desenvolve, e atinge objectivos. ***

Referiu ainda que se orgulha do trabalho que tem sido feito neste ano e meio em que está na Câmara Municipal, principalmente ao nível financeiro, e, reiterou, que há que premiar quem ajuda a cumprir com os objectivos propostos e desta forma a credibilizar a autarquia. ***

O Vereador Rui César interveio novamente para dizer que isto de dizer que as opções estão tomadas não serve para a Câmara Municipal. Na Câmara Municipal, disse, o Sr. Presidente da Câmara tem de se justificar perante a oposição e perante os Paivense, e temos de ter o tempo suficiente para discutir os pontos porque há questões técnicas que ainda não foram discutidas. ***

Reiterou que ainda não lhe foi apresentado o documento onde se diz que não há aumento de custos com pessoal, e ainda não ouviu os restantes Vereadores manifestarem-se sobre o Saneamento Financeiro e sobre o documento da Troika. ***

Disse que o Sr. Presidente da Câmara está sempre a olhar para o passado e não vê as implicações deste documento no futuro. Os

senhores achincalharam os Técnicos Superiores da Câmara Municipal, o nome deles andava na rua. Hoje, disse, fica-lhes muito bem a defesa de alguns Técnicos Superiores, mas porque é que não faz a defesa de todos os funcionários da Câmara Municipal? ***

Nada o move contra nenhum funcionário, pelo contrário, muitos deles entraram com mérito próprio em concursos abertos pelo executivo em que teve a honra de pertencer, e a sua capacidade sempre foi elogiada e premiada. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para solicitar novamente a entrega da informação dos Recursos Humanos para fazer algumas questões. ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que já tinham sido dadas todas as explicações.***

Face à resposta do Sr. Presidente da Câmara, o Vereador Paulo Teixeira pediu que ficasse em acta que o Sr. Presidente da Câmara e o Dr. André Pimenta falaram aqui num documento que não lhes vão apresentar. Por outro lado, disse, que ficamos a saber hoje que a resposta que o Sr. Presidente da Câmara não deu na reunião passada a uma questão que lhe foi colocada, em que diz que é preciso premiar quem trabalha e quem atinge os objectivos, está aqui uma pessoa na sala que vai ser premiada. ***

Disse ainda aos senhores Vereadores para consultarem o sítio do Tribunal de Contas para verem as penas aplicadas a um Município por incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente ao Presidente e aos Vereadores, mesmo os que se abstiveram, e cujas penas atingem os € 15.300,00. Portanto, referiu, precisa do documento dos Recursos Humanos para poder votar em consciência e colocar algumas questões. ***

A Vereadora Vanessa Pereira tomou a palavra para pedir que justificassem a alteração dos perfis até porque, consultou outros mapas de pessoal e em nenhum deles vinham discriminados. ***

Referiu ainda que concorda que se premeie o desempenho dos funcionários mas que, gostaria de ver defendidos todos os funcionários.

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que a necessidade de colocação dos perfis nos mapas de pessoal decorre da lei, até porque o procedimento concursal para preenchimento das vagas das chefias de divisão, tem que respeitar o perfil constante do mapa de pessoal. ***

A Vereadora Vanessa Pereira perguntou que partindo do pressuposto que têm de estar definidos por lei, porque é que na Divisão de Administração Geral antigamente só era preciso o curso de Direito, e agora é preciso o de Direito e de Administração Pública; porque é que a Direcção Financeira inclui só Economia e não inclui, por exemplo, Administração Pública; porque é que a Divisão de Obras Municipais e Ambiente inclui Engenharia e Direito, e não inclui Engenharia do Ambiente? ***

O processo de recrutamento de Chefe de Divisão é um procedimento interno ou externo? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que será sempre um procedimento interno para pessoas com vínculo à Função Pública. Em relação aos perfis, respondeu que são aqueles que acham que, para cada uma das Divisões, melhor se adequam. Disse que a exigência do curso de Direito, por exemplo, na DOMA, tem a ver com os procedimentos concursais que existem nesta Divisão, sendo o sector com maior responsabilidade em termos de contratação pública numa Câmara Municipal. Fará sentido que a pessoa que venha a ocupar o lugar de chefia da DOMA possa ser um licenciado em Direito. ***

O Vereador Rui César tomou a palavra para perguntar se não fará sentido, na Divisão de Administração Geral, ser necessário o curso de Economia? ***

Se não fará sentido, na Divisão Financeira, estar previsto o curso de Administração Pública? ***

Se não fará sentido, que na DOMA, estar previsto o curso de Engenharia do Ambiente? ***

Se não fará sentido, que na DPUH, estar previsto o curso de Direito?

Se nos provar que faz sentido, disse, a oposição vota a favor. ***

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para chamar à atenção dos senhores Vereadores do que está previsto no ponto 5.2.1. do Saneamento Financeiro. No ponto 1, está prevista a redução do quadro de pessoal, e no ponto 5.7., diz que as medidas específicas para se atingir uma situação equilibrada constam dos pressupostos do Saneamento Financeiro, nomeadamente, quanto à redução de postos de trabalho durante o período do empréstimo. ***

Questionou se, uma vez que ainda não tinha sido entregue, o documento dos Recursos Humanos existe mesmo ou se foi uma informação verbal? ***

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para referir que em relação às intervenções que foram feitas, e quanto às preocupações manifestadas pela oposição em relação aos perfis, que são opções que o executivo tomou e que assume totalmente de acordo com o que acham ser o mais adequado para essas unidades orgânicas. ***

Outro tipo de preocupações que foram manifestadas, disse, o executivo está aqui para assumir as suas responsabilidades, e que sabem que têm de apresentar um relatório semestral relativo ao cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, plano esse que vão cumprir, caso contrário do que aconteceu com o PREDE com o anterior executivo. ***

O Vereador Paulo Teixeira referiu que relativamente ao PREDE, aquele senhor que não quis revelar as auditorias às parcerias Público/Privadas e que tanto prejudicou o concelho de Castelo de Paiva, fez com que o PREDE demorasse meses no Tribunal de Contas a ser aprovado. O PREDE veio poucos dias antes de sair da Câmara Municipal, a segunda fase de pagamentos a fornecedores já foi feita pelo Sr. Presidente da Câmara. ***

Em relação aos prazos de pagamento, disse que há um fornecedor da Câmara que lhe disse que lhe foi pedido para apresentar uma factura pelo serviço prestado em 2010, só em 2011, e o mesmo se passou relativamente a outros fornecedores. ***

Por outro lado, referiu que na carta que o Sr. Presidente da Câmara distribuiu aos Paivenses, escreveu que estava muito preocupado com o risco de o Município ser penalizado com cortes superiores a € 1.000.000,00 e, disse, isto que estamos hoje a aprovar tem implicações directamente no Município. ***

Mais uma vez, solicitou o documento dos Recursos Humanos onde é referido não haver acréscimos de custos com o novo quadro de pessoal. ***

O Vereador Rui César interveio novamente para dizer que quanto à questão da dívida, sugere ao Sr. Presidente da Câmara que leia o que está no Saneamento Financeiro, que menciona as obras prementes e fundamentais que foram executadas e que deram origem à dívida.***

Em relação aos perfis, disse que não estão a pedir a redução dos mesmos, pelo contrário, estão a solicitar ao alargamento dos perfis dos lugares. Se os lugares vão ser ganhos por que tem mais mérito, essas pessoas não devem ter medo. ***

Dirigiu-se à Dra. Judite Quintas e ao Vereador António Rodrigues para questionar se estão, ou não, conscientes que estão a votar um documento que vai contra o memorando da Troika? ***

Disse ainda que tinha de ler o Saneamento Financeiro relativamente ao quadro de pessoal, referindo que não está a falar de admissões, e citou: "...redução do quadro de pessoal em cinco colaboradores...", e, continuou, estamos aprovar um quadro de pessoal que aumenta mais dois colaboradores. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para dizer que as licenciaturas que foram escolhidas foram as que entenderam ser as mais adequadas, à semelhança das licenciaturas escolhidas pelos membros da oposição quando estavam no poder. ***

Referiu ainda que não recebe lições da oposição em termos de custos com pessoal, porque o que se passou no passado nesta matéria foi um escândalo, e que o pode provar. ***

Foi um erro de gestão gravíssimo, disse, pelo qual estamos a pagar essa factura, porque muitas das limitações que estão a ser impostas a

este executivo, mesmo na politica de admissão de pessoal para as obras, porque só com autorização do governo é que o podem fazer. Não abdica do trabalho que está a ser feito, e a linha que estão a seguir é para continuar sem qualquer problema em relação ao futuro do concelho. ***

Finalizou a sua intervenção dizendo que ia permitir mais uma intervenção por parte da oposição e que, se passaria a seguir à votação do ponto. ***

O Vereador Rui César usou da palavra para dizer que interpelou directamente a Dra. Judite Quintas e o Vereador António Rodrigues, e que estes ainda não responderam. ***

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se não acha escandaloso prometer o que prometeu em termos de admissão de pessoal e depois admitir três secretários? ***

Disse que o salário de um secretário dava para mais de três operários para a Câmara Municipal, e por causa disso, há já pessoas que o apoiaram e que o deixaram de fazer. ***

O Vereador Paulo Teixeira perguntou ao Vereador António Rodrigues se era verdade que tinha pedido, sobre esta matéria, um parecer à Dra. Cláudia Soares? ***

O Sr. Presidente da Câmara, em relação à interpelação feita aos restantes membros do executivo em permanência, respondeu que o executivo tem um líder que se chama Gonçalo Rocha, que discute os assuntos com todos os membros do executivo. Não é com essas perguntas, disse, que abalam a união e o trabalho do executivo. ***

O Vereador Paulo Teixeira insistiu na questão feita ao Vereador António Rodrigues. ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que recolheram a informação que acharam que deveriam recolher, e deram essa informação de forma verbal. ***

O Vereador Paulo Teixeira disse que uma vez que o Sr. Presidente da Câmara não permite que o Vereador António Rodrigues responda à sua questão, entende solicitar cinco minutos de intervalo. ***

Retomada a reunião, procedeu-se à votação do ponto. ***

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, conforme o previsto no nº.2, do artº. 64º., da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e alterado pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou, através de votação nominal de que resultou maioria, com os votos contra dos Vereadores Paulo Teixeira, Rui César e Vanessa Pereira, e os votos a favor do Presidente, Vice-Presidente e dos Vereadores José de Carvalho e Judite Quintas, aprovar a revisão aos seguintes documentos:

- a) Grandes Opções do Plano para 2011;
- b) Orçamento Municipal para 2011;
- c) Mapa de Pessoal para 2011.

Os mencionados documentos que foram rubricados e assinados pelos membros do executivo e que aqui se dão por reproduzidos, ficam anexos à pasta ao livro de actas, e serão submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, conforme o previsto na alínea b) do nº.2, do artigo 53º. da citada Lei. ***

O Vereador Paulo Teixeira pediu para ler a seguinte declaração de voto que tinha preparado em nome dos membros do PSD: ***

- “A nossa declaração de voto traduz a nossa posição e algumas questões que ficaram por esclarecer. ***

Queríamos dizer que se os lugares a criar forem preenchidos por pessoas de fora do actual quadro da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, as despesas com pessoal vão ser muito superiores ao actual, e totalizarão € 103.812,00, em comparação se esses lugares forem preenchidos com efectivos da Câmara Municipal. Ouvimos hoje que dois desses efectivos serão da Câmara Municipal, e para futuros concursos externos é bom que esta acta seja pública. ***

Os cargos a criar de um Chefe de Divisão e quatro Coordenadores Técnicos violam o Plano de Saneamento Financeiro, que impõe a redução do quadro de pessoal, com as consequentes penalidades financeiras e responsabilidades para os autarcas que votaram a favor e que, constam da Lei da Finanças Locais. ***

É o segundo quadro de pessoal que este executivo propõe em dezasseis meses de funções, e o segundo desde Dezembro de 2010. O

que motivou verdadeiramente o executivo a rever o quadro de pessoal desde Dezembro de 2010? ***

Ficou por explicar. ***

Na acta de 23 de Dezembro de 2010, consta a declaração do Vereador José Manuel Carvalho que garantia que o quadro de pessoal não aumentaria as despesas com pessoal. Facto que hoje não se prova.

O mapa de 2010 e 2011 são iguais. E foram alterados os perfis porquê? ***

O PSD propôs o alargamento dos perfis nalgumas situações. Temos dois Coordenadores Técnicos na área dos Recursos Humanos, porquê? ***

Convém que aqui fique em acta que os Coordenadores Técnicos previstos na nova organização de serviços irão ter um vencimento base de 80% dos Chefes de Divisão, e terão também direito a despesas de representação no valor de 70% das que auferem os Chefes de Divisão. ***

Será que estes lugares vão ser ocupados por alguns dos Coordenadores Técnicos, antigos Chefes de Secção? ***

Daqui a alguns dias os Paivenses ficarão a saber. ***

Quanto à inexistência de licenciatura em Direito da DPUH, não pode deixar de ter-se como arbitrária e ilegal, o afastamento a priori dos licenciados em Direito na área de recrutamento para Chefe de Divisão da DPUH. Não se mostra na zona de licenciatura não adequada para prover o lugar, muito pelo contrário, esta licenciatura mostra-se muito em estreita afinidade com o conjunto de tarefas e competências próprias da referida Divisão Municipal, não se vendo que motivo possa levar à restrição imposta. ***

Face ao actual quadro legal das qualificações dos técnicos que apreciam os projectos sujeitos a controle prévio Municipal, tendo em conta que os projectos de arquitectura são apreciados obrigatoriamente por um arquitecto, e os projectos de especialidades são obrigatoriamente acompanhados de termo de responsabilidade dos seus autores, a afirmar a sua conformidade legal e regulamentar não são apreciados.

O que verdadeiramente se aprecia da DPUH, é o respeito pelas diversas normas legais e regulamentares aplicáveis na gestão urbanística, nomeadamente, o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial; o regime jurídico de urbanização e edificação; as normas jurídicas constantes dos regulamentos dos planos municipais de ordenamento do território; PDM's; planos de urbanização; planos de pormenor e outras normas jurídicas incertas de outros diplomas legais. ***

E é por isso que desde 2002 a DPUH, nesta Câmara Municipal e noutros Municípios, é dirigida por um licenciado em Direito. ***

Sr. Presidente, aconselho-o a ler os relatórios das acções inspectivas da extinta IGAT, actual IGAL, realizadas desde que assumi a Presidência da Câmara Municipal em 1998, e especialmente nos relatórios depois de 2002. ***

A Chefia de Divisão da DPUH agora é só jurídica, e com o actual quadro de pessoal da Câmara Municipal, pretende-se que a chefia seja só técnica. ***

O actual executivo teve de alterar os anos de experiência em três dias, porquê? ***

Fiz o desafio ao Sr. Vice – Presidente da Câmara que não me respondeu. ***

Há Técnicos Superiores a quem o Sr. Presidente já prometeu e vai nomeá-los em comissão de serviço. Já disse aqui dois hoje, enquanto não houver concurso externo. Essas pessoas não têm experiência de chefia neste quadro, e não lhes é exigida qualquer experiência. ***

E noutro caso que não tem qualquer experiência de direcção ou chefia, só lhe é exigido que seja Técnico Superior. ***

Por outro lado, no futuro concurso, face aos diversos regimes jurídicos que existem e tutelam o trabalho daquela Divisão da DPUH, a licenciatura em Direito, conforme foi dito pelos meus colegas de Vereação do PSD, deveria ser permitida na DPUH. ***

A publicação ontem no Diário da República da reorganização dos serviços, a revisão orçamental hoje aqui trazida, gostávamos de saber, salvo melhor opinião, se a cessação de funções ontem dos Chefes de Divisão da DPUH e da DOM, respectivamente do Dr. Luís Carvalho e

Eng. Aires Nery Esteves, uma delas renovada pelo Sr. Presidente em Janeiro de 2011, se estes trabalhadores têm direito, ou não, a indemnização face aquilo que foi ontem publicado no Diário da República?

Este novo quadro de pessoal, parecem factos feitos à medida conforme foi dito pelo Vereador Rui César. Por outro lado, a cosmética contabilística mal justificada que usaram aqui nesta reunião, faz-nos lembrar aquilo que o Eng. Sócrates fez que usou o Fundo de Pensões dos trabalhadores da PT para reduzir o deficit orçamental. ***

As verbas destinadas pelas alterações de posicionamento remuneratório de trabalhadores da Câmara, vão servir para suportar os vencimentos e outras prestações dos novos lugares criados neste quadro de pessoal, um Chefe de Divisão e quatro Coordenadores Técnicos.

No orçamento são transferidas as verbas que são destinadas às alterações do posicionamento remuneratório dos trabalhadores da Câmara, que face ao Plano de Saneamento Financeiro não mais serão repostas para aquele fim com claro prejuízo para os trabalhadores. ***

Por último relembro aquilo que diz o memorando de entendimento, que até ao final de 2012, as autarquias em Portugal tem de reduzir em 15% o número de dirigentes. Hoje aqui com o voto por maioria do Presidente e Vereadores afectos ao Partido Socialista, estão a violar claramente o memorando de entendimento e acima de tudo, violam o Plano de Saneamento Financeiro aprovado com os votos contra dos Vereadores do PSD, e por isso, nós não queremos ser responsáveis por essa infracção.” ***

2- OBRAS PARTICULARES.

2.1 – PROCESSO 101/96 – EDIFÍCIO BELA VISTA – SOBRA-DO. CONSULTA DE DOCUMENTOS.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que tinha trazido o processo completo para ser consultado pelo Vereador Paulo Teixeira. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para referir que na última reunião tinha colocado uma questão ao Sr. Presidente da Câmara sobre se tinha reunido com o promotor do estabelecimento. O Sr. Presidente da Câmara tinha dito que não. ***

Aqui na carta que o promotor lhe envia, disse, refere "...nas reuniões que tivemos...". Portanto, não foi só uma, foram várias, é o que diz no processo, referiu. ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não tinha dito que não tinha reunido com o promotor, o que disse é que nunca tinha autorizado nada relativamente a esta questão. ***

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para pedir cópias das folhas 544 à 561, e perguntou se em relação à última reunião, face àquilo que foi a informação da fiscalização, o Sr. Presidente da Câmara já fez alguma coisa em relação a esta situação? ***

O Sr. Presidente da Câmara aconselhou o Vereador Paulo Teixeira a ler o despacho emanado durante a última semana, e que julga que também foi facultada cópia, porque tem aí a resposta ao que perguntou. ***

Referiu que o que disse na última reunião é que pugnam pelo cumprimento da lei e que, ninguém é de primeira nem de segunda, e que aquilo que o Vereador Paulo Teixeira está a suscitar é um direito que lhe assiste. O que está aí escrito disse, reporta-se a uns trabalhos efectuados no exterior do prédio, não tem nada a ver com a questão do licenciamento. ***

Salientou não ter de saber se está, ou não, licenciado, à priori. Os meios foram colocados em prática, está a ser feito o procedimento que deve ser feito, e sobre esta matéria não há mais nada a esclarecer. ***

O Vereador Paulo Teixeira pediu que ficasse em acta o seguinte:

- "O Sr. Presidente da Câmara disse que está tudo a ser feito, está tudo a ser seguido." ***

Reiterou a questão colocada anteriormente sobre se o Sr. Presidente da Câmara desde que tem conhecimento desta situação, se já fez alguma coisa? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o despacho foi enviado à pessoa responsável que depois vai dar sequência para os serviços fazerem as correspondentes comunicações à empresa que está a ocupar aquele espaço. ***

O Vereador Paulo Teixeira pediu que ficasse em acta que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara cópias das folhas 544 a 561.***

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dar nota de que o pedido que deu entrada na Câmara, relativamente a esta questão, se reportava exclusivamente às intervenções no exterior. Quando os serviços detectaram que o espaço em causa não estava licenciado para aquele efeito, tomaram-se as necessárias providências. ***

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 92º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas. ***

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 14 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada. ***

E eu, _____, a redigi e subcrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,